

**A ORGANIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES EM RELAÇÃO À
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NA COMUNIDADE DA
SERRINHA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS/PR**

**ORGANIZACIÓN DE LAS PROPIEDADES EN RELACIÓN A LA
CONSERVACIÓN DEL MEDIO AMBIENTE EN LA
COMUNIDAD SERRINHA LA CIUDAD DE SÃO JOSÉ DAS
PALMEIRAS/PR**

Marcelo Dornelis Carvalho¹
mdcarvalho@hotmail.com

Márcio Alexandre Portz²
marcioportz@yahoo.com.br

RESUMO

O trabalho aborda a preservação ambiental praticada pelos camponeses da comunidade Serrinha no Município de São José das Palmeiras/PR. A preservação do meio ambiente feita pelos camponeses é devido ao modo de vida camponês, baseado em práticas ecológicas (conservação dos solos e da água, práticas agrícolas, etc.), definidas a partir de critérios de subsistência de uma família. A evolução do modo de vida camponês apresenta relevantes práticas e organizações produtivas que se desdobram em formas de produção equilibradas com o meio ambiente. Nas áreas estudadas, estas práticas se apresentam de forma a melhorar a condição natural dos elementos da propriedade. Os camponeses são uma “classe” vital para a continuação da biodiversidade natural dos ecossistemas, por apresentarem características no seu modo de vida finito em suas necessidades materiais.

PALAVRAS-CHAVE: questão ambiental; campesinato; modernização agrícola; Oeste do Paraná.

RESUMEN

El documento se refiere a la preservación del medio ambiente de la comunidad rural Serrinha en São José das Palmeiras/PR. La preservación del medio ambiente de los agricultores se debe a la forma de vida campesina basada en prácticas ecológicas (conservación de suelos y la contaminación del agua, prácticas agrícolas, etc.), definidos por criterios de utilización de los medios de subsistencia de una familia. La evolución del modo de vida campesino tiene importantes organizaciones de prácticas y productivas que se desarrollan en las formas de producción de equilibrio con el medio ambiente. En las áreas estudiadas, estas prácticas se presentan con el fin de mejorar la condición de los elementos naturales de la propiedad. Los campesinos son una "clase" vital para la continuación de la biodiversidad natural de los ecosistemas, ya que tienen características en su modo de vida finita en sus necesidades materiales.

PALABRAS CLAVE: cuestiones ambientales; los campesinos, la modernización agrícola; Oeste del Paraná.

¹ Professor do curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP) campus de Ourinhos.

² Professor Colaborador da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Introdução

A questão ambiental vista de uma escala geográfica local, traz uma complexidade e no mesmo momento particularidades do meio ambiente que podem trazer soluções para a preservação ambiental. Este trabalho, busca compreender nas características e práticas de camponeses da comunidade da Serrinha, uma preservação dos elementos naturais (água, solo, floresta).

O “ecologismo” é a forma que o mesmo se desdobrou na popularização do “desenvolvimento sustentável”, difundida por alguns setores da sociedade e enfatizada em escala global por conferências, mas que revela-se contraditório à ideologia de crescimento capitalista.

Esta entrada do capitalismo no campo vem se intensificar com a modernização tecnológica na produção, entre seus maiores efeitos na natureza, a degradação do solo, desmatamento de florestas nativas, contaminação das águas a redução da biodiversidade animal entre outros problemas. Todos estes, portanto, são reflexos da forma acelerada que o sistema capitalista executa para sua permanência, enquanto modo de produção hegemônico, e que além destas causas nos aspectos físicos, provoca uma grande procura da terra para estabelecer uma renda ampliada sobre a mesma, formando-se uma classe dominante e concentradora.

Este trabalho baseado na caracterização da comunidade da Serrinha traz argumentos e problemáticas em torno da preservação ambiental. A comunidade da Serrinha foi escolhida por sua localização no município de São José das Palmeiras. Localizada próximo à divisa com município de Santa Helena e da área de preservação da ITAIPU, é caracterizada por pequenas propriedades agrícolas, circundadas por grandes fazendas, além do histórico de intensa produção de hortelã, importante no entendimento da redução acentuada da demografia, além disto, uma área conhecida pelos projetos de agricultura feita por alguns órgãos governamentais como a EMATER e a ITAIPU que vieram a ser difundidos na região Oeste do Paraná. Desta forma permitiu-se, antes mesmo de qualquer estudo, verificar uma perspectiva de preservação do meio ambiente nas propriedades da Serrinha.

Inicialmente foram previstas 10 entrevistas, porém somente sete agricultores nos atenderam, sendo realizadas durante vários períodos de 2009. Com a espacialização da área de estudo determinada, foram aplicados questionários direcionados às questões produtivas, mercadológicas, políticas e ambientais. Além dos questionários utilizou-se imagens de

satélites e pesquisas a campo (fotografias e verificações técnicas), associados com um referencial bibliográfico específico.

A maioria das propriedades da Comunidade da Serrinha é um exemplo de que a organização atribuída a um modo de vida como o camponês, reflete numa preservação ambiental, baseada na sustentação dos elementos da natureza.

Ecologismo: a trajetória histórica no Brasil

A história da humanidade nos mostra que há, num sentido crescente, uma apreciação dos processos de utilização dos recursos naturais, o qual adquire maior intensidade após as revoluções industriais e, com isso, é perdido o controle do uso e do equilíbrio natural.

No contexto atual, não devemos pensar em só preservar, mas indiscutivelmente temos que criar formas de reduzir os processos consumistas e predatórios, a fim de recuperar alguns ecossistemas já degradados:

Sabemos que o desenvolvimento harmônico de uma sociedade depende, basicamente, de uma biosfera sadia como sistema integrado e auto-regulado suficiente para dar continuidade a sua reprodução. o homem no processo de sua produção material respeitar as suas leis de funcionamento e evolução. Para tanto, há que se pautar por uma conduta superior orientada no sentido de tornar consciente e planificada a relação interdependente Homem-Natureza, a fim de que se possa criar um meio propício — nos parâmetros naturais e sociais — à vivência dos seres vivos. (GOMES, 1988, p.33).

A preocupação com a questão ecológica já esteve presente na obra de Marx, como é observado em Quaini (1991, p.141):

Marx confirma, portanto que o tipo diferente de apropriação determina condições econômicas diferentes na exploração do mesmo objeto natural: somente com esta metodologia podemos, portanto medir a contribuição dos diversos modos de produção à destruição ou à conservação dos recursos naturais e podemos ao mesmo tempo encaminhar corretamente um discurso sobre a diferença específica dos “compromissos ambientais” das sociedades do passado em relação às de hoje, isto é, esclarecendo o presente com o passado após ter esclarecido o passado com o presente, isto é, com o estudo da formação econômico-social mais complexa.

Com essas indicações, Marx já salientava que, com a evolução de certos modos de produção, havia uma maior intensificação na destruição dos recursos naturais, analisada por

ele como duas contradições: uma, entre as forças de produção, nível tecnológico e organização geral do processo produtivo com as relações sociais de produção e o conjunto de relações de propriedade e controle sobre os recursos produtivos. E a segunda, entre a sociedade capitalista e a natureza, num processo cada vez mais antagônico, quanto à evolução do modo capitalista de produção (MONTIBELLER-FILHO, 2004).

Esse estágio atinge seu ápice no cenário internacional, especialmente em alguns países europeus e nos Estados Unidos, a partir da década de 1950. No caso brasileiro, este emerge e começa a ganhar projeção na década de 1970, devido ao impacto ao meio ambiente, provocado pelos incentivos ao crescimento industrial e, um pouco mais tardiamente, ao setor agrícola.

Conforme Porto-Gonçalves (1996), o modelo econômico, que se consolidou no país desde a década de 1970, teve a preocupação de desenvolver o Brasil economicamente, mas ignorou a repercussão que tal modelo pudesse causar ao ambiente, ou seja, instituiu-se uma ideologia capitalista degradante do meio ambiente, na qual os únicos beneficiados foram seus precursores.

O capitalismo é um modelo de organização socioeconômica que acelera a forma de consumo, desrespeitando a dinâmica natural dos elementos componentes da natureza, comprometendo a qualidade de vida da população de diversas maneiras, como na qualidade da água, nos crimes ecológicos relacionados ao desmatamento, queimadas, poluição marinha, entre outros (MENDONÇA, 1998).

Nessa conjuntura, os movimentos ecologistas se pronunciam a favor não só de uma revisão das relações de poder e do relacionamento com o meio ambiente, como também do comportamento e das expectativas das pessoas. O ambientalismo tem como característica novas posturas no quadro das relações entre as nações. Os países argumentam acerca de suas soberanias e buscam garantir politicamente a maior vantagem na exploração dos recursos naturais e serviços ambientais de outros países e empresas (PORTER, 1991, apud MONTIBELLER-FILHO, 2004, p. 40).

Nos países subdesenvolvidos, o movimento ecológico tem desafios diferentes dos que se encontram nos países desenvolvidos. Nos primeiros, reproduz-se com mais intensidade do que em qualquer outra região do globo o caráter desigual e combinado do capitalismo, originando uma depredação acelerada do meio ambiente.

É nessa parte do mundo onde acontecem os maiores crimes ecológicos³, resultado da associação entre as burguesias "nacionais" desses países com o grande capital internacional. O Banco Mundial financia projetos que objetivam apenas o lucro: o Projeto Grande Carajás e o Plano 2010 da Eletrobrás (Brasil), o Projeto Pecuário Livestock III (Botswana), de Colonização em Irian Jaya (Indonésia), de construção de Hidrelétricas (Vale do Rio Narmada, Índia), todos eles vastos empreendimentos voltados para o "desenvolvimento" de grandes áreas territoriais, ainda não economicamente integradas à economia de mercado. Esses projetos se ligam a ideais dos países desenvolvidos, que, por sua vez, saqueiam os recursos naturais dos países mais pobres (WALDMAN, 1990).

No mundo subdesenvolvido, a divisão internacional do trabalho, ao privilegiar processos industriais e produtivos que são indiscutivelmente os de maior impacto ambiental, torna-se diretamente responsável tanto pelo caos social, devido à marginalização da maioria da população dos frutos desse "desenvolvimento", quanto pelo colapso ambiental. Nesse sentido, coloca-se para o movimento ecológico (assim como para os movimentos populares, em geral) a necessidade de assumir bandeiras como a do meio ambiente, reforma agrária, fim da violência rural e a questão da dívida externa. O movimento ecológico, caso leve até as últimas consequências a sua luta contra a depredação da natureza, não pode se furtar de um confronto com o próprio capitalismo (WALDMAN, 1990).

A interação dos movimentos ecológicos com os movimentos contrários ao modelo capitalista se faz necessária, de acordo com Alan Bühr (1998), porque ambos os movimentos tiveram, no decorrer da história, diretrizes paralelas e desarticuladas, não se tendo, assim, a superação nem de uma questão nem da outra. Ele verifica que o movimento do operariado tem "ignorado as crises e lutas ecológicas" e que os movimentos ecológicos, visualizando isto, alertam os operários a superar essa "cultura política" pertencente à "sociedade produtivista", como se observa no movimento operário.

Essa subordinação prática e ideológica do movimento operário à "lógica" capitalista de exploração intensiva da natureza explica-se, em primeiro lugar, pelo próprio processo de constituição do proletariado.

³ LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998 - CAPÍTULO V - DOS CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE - Seção I - Dos Crimes contra a Fauna Art. 29. Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida: Seção II - Dos Crimes contra a Flora Art. 38. Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção: Seção III - Da Poluição e outros Crimes Ambientais Art. 54. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora.

Contrariamente as classes produtivas anteriores, o proletariado se forma e se define pela separação dos meios sociais de produção, a começar pelo mais fundamental entre eles, a terra, e através dela a natureza. Essa separação significa a perda, por parte do proletariado, do domínio das técnicas agrícolas e da compreensão espontânea dos processos naturais. Assim como significa, ainda com mais razão, a perda da familiaridade com a natureza e seu sentido cósmico (para não dizer antológico), que constitui a base da cultura de todas as populações agrárias. (BIHR, 1998 p. 137).

A crítica feita aos ecologistas é referente a não inserção, na problemática ecológica, da complexidade das relações capitalistas, no plano teórico, e a limitação das suas ações políticas.

Em primeiro lugar, ele leva o ecologismo a avaliar que a contradição principal em atuação na crise ecológica situa-se no conflito entre a vontade prometética da humanidade e a capacidade de uma homeostasia limitada da natureza. Consequentemente, ao se basear em uma visão imobilista e regressiva das relações homem/natureza e em uma concepção fetichista da natureza, os movimentos ecológicos têm tendência a só propor a utopia conservadora (se não reacionária) da defesa ou proteção da natureza enquanto tal. (BIHR, 1998 p. 137).

Enfatizando essa contradição do pensamento ecologista, o autor destaca:

Ora, a atual crise ecológica não exige “defender a natureza”: respeitar ou restituir uma “ordem natural”. Considerada imutável e intocável. Pois tal ordem não existe: a natureza, tal como a conhecemos, é o resultado de uma evolução muito longa, para qual contribuíram de maneira decisiva, pelo menos em nosso planeta, milênios de trabalho humano. Assim, o problema não é preservar uma ordem natural no quadro da qual a ação humana deveria estritamente se limitar, mas de conseguir eliminar as retrações negativas sobre a humanidade de sua indispensável ação de transformação da natureza. E, por isso, controlar essa própria ação, liberando-a da influência das relações capitalistas de produção, que dela fazem, atualmente, uma obra destruidora. (BIHR, 1998 p. 137).

As concepções desses movimentos sociais e ecologistas estão desarticuladas, em função de posições dualistas sobre a relação da sociedade com a natureza, uma preocupada em resolver os conflitos de classe, reduzindo as desigualdades sociais e procurando uma revolução do sistema econômico, enquanto a outra almeja diminuir os impactos que o sistema atual e hegemônico vem causando na natureza e, consequentemente, provocando malefícios à sociedade.

Na década de setenta do século XX, os movimentos ecológicos se sintonizam com outros movimentos contestatórios da época, assumindo posições críticas quanto ao modo de vida da sociedade. Ampliaram as contestações, incluindo temáticas como o uso de

agrotóxicos nas práticas agrícolas, a poluição ambiental causada pelas indústrias, entre outras. Os militantes ecologistas mostravam-se preocupados com a sensibilização da população para com suas lutas. Isso mostra que as questões educativas vinculadas às problemáticas ambientais ganhavam prestígio e enorme importância (GUIMARÃES, 2001).

Quando parcela da sociedade é afetada pela grande degradação que o processo capitalista provoca no meio ambiente, ela mesma se contrapõe a muitas das inovações fornecidas por este sistema vigente:

Somente a pressão da sociedade, sobretudo através dos movimentos ambientalistas e de regulamentações governamentais, é que coloca empecilhos à atuação do capital sobre a natureza. Mas este é um dado relativamente novo para o sistema. Apenas a partir do último quarto de século XX o capital efetivamente tem sido submetido a algumas regras restritivas em relação à sua atuação sobre o meio ambiente. Com efeito, a consciência ambientalista, que se difunde desde os anos de 1960-70 com início do aprofundamento da crise ecológica [...], tem trazido ao meio intelectual e científico a preocupação em incorporar às teorias e estudos a temática ambiental, agora posta no mundo concreto. (MONTIBELLER-FILHO, 2004, p. 79).

Na opinião de Brandalise (2003), há mudanças de cultura dessa sociedade e a depreciação dos recursos ambientais estreita cada vez mais o mercado e, em decorrência, o lucro. Promovem-se, assim, medidas de gestão ambiental pelas empresas, necessitando das mesmas um gerenciamento de seus produtos e que não estejam mais vinculadas à poluição e possibilitando manter a biodiversidade; busca-se desenvolver atividades industriais e agrícolas que reduzam o impacto ambiental, tornando possível um ambiente mais sadio para as gerações futuras.

Nesse caso, na maioria das vezes, fica a preservação no âmbito político, sem ações que realmente venham a colaborar com a redução dos usos inadequados dos recursos naturais.

Na atualidade, além de haver todos os problemas locais da natureza que são provenientes da ação do homem, como o desmatamento, a poluição do ar, da água, da terra, convivemos com um problema que é, no nível global, chamado de Aquecimento global (VON DER WEID, 2009).

Nesse âmbito, a agricultura é um dos agentes causadores desse aquecimento, já que é responsável por 18% dos desmatamentos e por 17% de metano e óxido nitroso liberado na atmosfera. Essa situação se agrava para a agricultura, porque ela é a mais afetada, por depender dos fatores climáticos: algumas mudanças serão intensificadas a cada

ano, as altas temperaturas, as freqüentes secas e as inundações, os ciclones, as chuvas de granizo e as geadas. Essa instabilidade tornará ainda mais difícil o processo de adaptação da agricultura, não havendo mais padrões para os produtores rurais, podendo os mesmos conviver com os estresses climáticos.

De fato, isso se deve aos padrões consumistas do modelo capitalista implantados na agricultura, não respeitando as dinâmicas dos elementos da natureza nem da sociedade. Nesse processo a modernização reorganiza as formas de produção, agilizando a produção das culturas agrícolas, dos animais, tudo para obter uma maior produtividade e um lucro para os agricultores, às vezes inferior ao que se teria, se não fosse implementada a tecnologia moderna.

Essa sistemática da modernização compõe os objetivos da globalização. Shiva (2001) destaca que essa globalização visa a um desenvolvimento de prioridades do capital, sendo impostos modelos de fora da realidade das comunidades, destruindo a diversidade e criando a homogeneização e a uniformidade.

A revolução verde é um dos modelos a iniciar o desenvolvimento da globalização; destruiu diversos sistemas agrícolas adaptados a variados ecossistemas. Ela eliminou milhares de variedades de culturas agrícolas, substituindo por monoculturas. E ainda substituiu a grande maioria dos insumos próprios das propriedades, por insumos intensivos de capital e produtos químicos, gerando dívida, alienação ao mercado pelos agricultores e destruição de vários ecossistemas (SHIVA, 2001).

Passando-se os anos de formação da região Oeste do Paraná, houve uma intensificação da tecnificação da agricultura, que impactou profundamente os camponeses dessa região, alterando o modo tradicional de vida e exigindo mudanças e rearticulações.

O modelo de agricultura que foi absorvido predominantemente, na região, chamado de convencional, com intenso uso de mecanização agrícola, tanto abalou as condições de equilíbrio da natureza, quanto trouxe a ampliação de doenças aos agricultores e ao ambiente. Além disso, houve um processo de êxodo rural e falência de muitos agricultores, os quais mudaram a sua forma de produzir e, dessa forma, se endividaram de tal maneira que tiveram que abandonar suas propriedades (PIETROWSKI; VANDERLINDE, 2007).

O processo de formação regional foi efetivado e intensificado a partir da década de 1940, tendo apoio do Estado, que desenvolveu políticas de estímulo à ocupação da porção ocidental do país. As terras localizadas no Oeste do Estado do Paraná foram concedidas a empresas colonizadoras com sede no Estado do Rio Grande do Sul, um dos

locais com forte presença de imigrantes europeus chegados ao Brasil, durante o século XIX.

A colonização que foi prevista pelo Estado deveria ser baseada em propriedades pequenas e com sentido empreendedor. Já que o Brasil, naquele momento vivia um processo de urbanização e industrialização, não bastava apenas a produção de subsistência dos camponeses, mas uma produção de excedentes (GREGORY, 2002).

Todavia, como Gregory (2002) destaca, antes da agroindustrialização completarse, no campo, houve um período que proporcionou o desenvolvimento da região, através do comércio de madeira utilizada na construção civil, cujo crescimento está relacionado à urbanização no país e à reconstrução da Europa depois da Segunda Guerra Mundial.

Portanto, as colonizadoras da época acabaram ganhando em dobro, no processo de ocupação do Oeste, uma vez que primeiro exploravam e comercializavam a madeira e, depois, vendiam as terras para os agricultores imigrantes (GREGORY, 2002).

A formação espacial do Oeste tinha esse objetivo estratégico do Estado brasileiro ligado ao capital privado, com propósitos de desenvolver economicamente essa região, de sorte que este teria que fazer sua colonização de forma sistematizada, seguindo os preceitos do capital: e qual seriam os indivíduos mais apropriados? Com certeza, aqueles que têm uma tradição na produção comercial e no uso de determinadas técnicas na agricultura; nesse sentido, foram os emigrantes sulistas de origem europeia que teriam as melhores características para o propósito. Com esses objetivos na formação da região, sujeitos existentes nesses locais – os chamados “caboclos”, “bugres”, entre outras denominações – foram excluídos, sendo desapropriados e em alguma medida “apagados” na história regional, desconsiderados como precursores da ocupação do Oeste paranaense.

Esse projeto, chamado de “Marcha para o Oeste”, excluiu a população cabocla existente na região. A formação do espaço ocorreu sob o referencial do moderno, elegendo o migrante, que tem uma centralidade ética ao trabalho, sendo este considerado competitivo na sua forma de produzir, tornando-se o indivíduo certo para concretizar o processo (SCHREINER, 2002, p.81).

A integração da economia do Oeste do Paraná com a nacional recebeu forte impulso, no final dos anos 60 e início dos 70, com a modernização e diversificação dos setores industriais, estimulados pelas instalações de indústrias, nos setores de química e metal mecânico. Essas indústrias, em sua maioria de grande porte e de capital transnacional, contribuíram para a diversificação de toda a estrutura produtiva industrial, agrícola e de serviços (FLEISCHFRESSER, 1988, p.18).

No Oeste paranaense, a partir da década de 1960, ocorreu a implementação de políticas agrícolas buscando modernizar os meios de produção revelando um contexto ligado ao que foi exposto anteriormente sobre a modernização agrícola do Brasil, criando-se um vínculo dos agricultores com as instituições, influenciando no processo de trabalho. De acordo com Figueiredo (1984, p. 431), “a região teve a atuação de créditos rurais, cooperativismo e assistência técnica, havendo mudanças profundas no processo produtivo”.

Para Schreiner (2002, p.89) com o regime militar, a ação interveniente do Estado fez da região Oeste do Paraná, através da política de modernização agrícola, uma região de produção agrícola intensa, consolidando a ocupação demográfica. Uma de suas ações no referido espaço, procurou executar uma geopolítica energética e de segurança nacional.

Nesse período, o setor de energia tinha prioridade, ao lado das indústrias básicas (setor de bens de capital e de eletrônica). Em acréscimo, produtos para exportação (soja, trigo) foram priorizados, por meio de políticas que promoveram a expansão da área de cultivo. A construção de grandes complexos hidrelétricos visava estabelecer uma infraestrutura adequada às necessidades do rápido crescimento urbano-industrial (SCHREINER, 2002 p.90).

As pressões do Estado sobre as populações atingidas pautaram-se numa apologia dos supostos benefícios que suas ações poderiam trazer. Este discurso, fundado na ideologia da modernização, opera dois conceitos (tradicional e moderno) opondo-os de forma excludente: veicula a representação de que a modernização suprimiria o arcaico engendrando o desenvolvimento. A eficácia deste discurso reside na realização de seu objetivo: a execução de projetos de grande envergadura, demonstrando na aparência uma uniformidade de interesses e neutralizando as resistências contrárias. Para tal, diversos expedientes foram utilizados: campanhas publicitárias, reuniões nas comunidades com promessas de preço justo na indenização da terra e das benfeitorias, ocultamento dos critérios de indenização e indenização de vilas rurais antes da área rural.

Em relação à mudança da base técnica de produção, Schreiner (2002, p.97) enfatiza:

A ação modernizante levou a um processo de substituição das técnicas agrícolas tradicionais; à utilização de fertilizantes, inseticidas e herbicidas, à intensificação da concentração fundiária; ao aumento da produção e da produtividade; à expansão do crédito rural de forma seletiva a juros baixos, privilegiando os grandes produtores da Região Sul e Sudeste; à integração do capital financeiro com o capital das agroindústrias e do capital agrocomercial; à internacionalização da agricultura brasileira, com a exportação de produtos (soja, cacau, café e laranja), e redução na produção de alimentos para o mercado interno; e a territorialização da burguesia, através de grandes investimentos de grupos financeiros e industriais em terras, facilitados com os incentivos e isenções fiscais

concedidos pelo Estado. Estas mudanças não se fizeram sem a alteração das relações de produção. Necessidades até então inexistentes se impuseram, desarticulando a lógica tradicional da produção camponesa.

Nesse contexto, no Estado paranaense, como também na região do extremo-oeste, houve aumento na aquisição de tratores, cada vez mais potentes, e colheitadeiras – sendo essas maquinárias mais viáveis em grandes propriedades – exigindo, de certa forma, adaptação nas unidades produtivas e, conseqüentemente, entre os próprios produtores rurais. “Assim, no Paraná, as unidades aumentaram em área e reduziu em número, expulsando os produtores com menor capacidade de capital. Ou seja, houve um movimento de concentração da posse da terra” (FLEISCHFRESSER, 1988 p.33).

As comunidades locais, como a da Serrinha, em São José das Palmeiras, têm sofrido com essa globalização, cujos reflexos conduziram à redução de práticas sociais dentro da comunidade, de trocas de produtos entre os vizinhos, entre outros aspectos importantes, obrigando tais camponeses a buscarem no mercado a dependência das suas produções agrícolas como é observado através dos questionários aplicados junto aos camponeses.

Essa condição de mudança de relações é problematizada por Shiva (2001, p.113):

A transição [...] dos sistemas de cultivos baseados em diversidade e insumos internos para os sistemas baseados em uniformidade e insumos externos, não alterou apenas os processos ecológicos da agricultura. Alterou também a estrutura social e as relações políticas, que passaram daquelas baseadas nas obrigações mútuas (embora assimétricas) – dentro dos povoados – para as relações entre os lavradores individuais e seus bancos, agências de sementes e de fertilizantes, órgãos de obtenção de alimentos e as companhias de irrigação e energia elétrica. Atomizados e fragmentados, os lavradores, relacionando-se diretamente com o Estado e o mercado, acabaram por enfraquecer normas e práticas culturais. Além do mais, à medida que os insumos fornecidos externamente eram escassos, isso gerou conflitos e competições entre classes e entre regiões e plantou as sementes da violência e do conflito.

A tecnologia baseada numa ideologia capitalista dominante pressupõe a substituição da natureza, na maneira de produzir crescimento sem afetar os limites da natureza. Shiva (2001, p. 115) enfatiza que “ver a natureza como uma fonte de escassez e a tecnologia como fonte de abundância, leva as tecnologias a criarem uma escassez na natureza por meio da destruição ecológica”. Um exemplo: “[...] reduziram a disponibilidade de terras férteis e a diversidade genética das culturas, gerando dessa forma, a escassez” (SHIVA: 2001, P. 116).

O diferencial da agricultura camponesa, como observado na comunidade da Serrinha no município de São José das Palmeiras, é que ela pode ter uma relação absoluta com o mercado, mas na sua propriedade o processo é limitado, porque as atividades são voltadas às necessidades básicas da família. A lógica da produção e do modo de vida camponês, antes de qualquer fator externo, se preocupa com a organização interna de sua unidade agrícola.

Assim, podemos dizer que a lógica camponesa verificada na comunidade da Serrinha no município de São José das Palmeiras traz algumas formas de produzir e de consumir mais equilibrada do que esta imposta por algumas parcelas da sociedade, as quais se dizem preocupadas com a preservação ambiental e, na verdade, aplicam um novo modelo mais ampliado da lógica capitalista.

Para melhor compreender e analisar os elementos socioeconômicos e ambientais dos entrevistados da comunidade da serrinha tem-se a necessidade de apresentar uma tabela com os dados recolhidos nas propriedades através de questionário (anexo 1), tabelas (tabela 6 e 7) e mapa (figura 6), mostrando a distribuição e o uso do solo das áreas.

Tabela 1. Uso da terra das propriedades da Serrinha (ha).

| USO/NOME | 1. Antonio | 2. José Luiz | 3. Agenor F. | 4. Vidal | 5. Luiz Daniel Fernandez | 6. Sergio | 7. Araci |
|------------------|-------------------|--------------|--------------|----------|--------------------------|-----------|----------|
| | Gonçalves da Cruz | | | | | | |
| LAVOURA | 3,08 | 3,81 | 4,47 | 0,92 | 0 | 2,69 | 5,17 |
| PASTAGEM | 8,39 | 2,18 | 16,11 | 9,99 | 0 | 1,57 | 0,88 |
| RESERVA LEGAL | 1,31 | 5,64 | 1,07 | 2,85 | 0 | 2,49 | 0 |
| MATA CILIAR | 0 | 0 | 0 | 0,63 | 0 | 0,37 | 1,1 |
| SEDE | 0,53 | 0,47 | 0,13 | 0,13 | 0,1 | 0,14 | 0,11 |
| EUCALIPTO | 0 | 0 | 0 | 0 | 13,1 | 0 | 0 |
| TOTAL | 13,31 | 12,1 | 21,78 | 14,52 | 13,2 | 7,26 | 7,26 |

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Tabela 2. Porcentagem do uso do solo nas propriedades.

| USO/NOME | 1. Antonio | 2. José Luiz | 3. Agenor | 4. Vidal | 5. Luiz Daniel Fernandez | 6. Sergio | 7. Araci Schneider |
|------------------|-------------------|--------------|--------------------|----------|--------------------------|-----------|--------------------|
| | Gonçalves da Cruz | | Francisco Medeiros | | | Miranda | |
| LAVOURA | 23 | 31 | 20 | 6 | 0 | 37 | 71 |
| PASTAGEM | 63 | 18 | 74 | 69 | 0 | 22 | 12 |
| RESERVA LEGAL | 10 | 47 | 5 | 20 | 0 | 34 | 0 |
| MATA CILIAR | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 05 | 15 |
| SEDE | 4 | 4 | 1 | 1 | 1 | 02 | 2 |
| EUCALIPTO | 0 | 0 | 0 | 0 | 99 | 0 | 0 |
| TOTAL | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Nas tabelas 1 e 2 são apresentados dados referentes ao uso do solo nas propriedades pesquisadas. podendo-se verificar a maneira como a distribuição e quantidade de cada área constituem como um elemento a mais na preservação ambiental das propriedades. Observando a tabela de porcentagem, apenas uma das propriedades apresenta área de lavoura com mais de 50% da área da propriedade, importante característica para verificar o pouco uso do solo para produção das áreas. Outro fator importante para preservação da maioria das propriedades é a quantidade de reserva legal relacionada à pastagem (que é pouco utilizada pela quantidade pequena de animais), podendo-se observar que três propriedades possuem mais de 20 % da área de reserva legal (2, 4, 6) e duas propriedades que possuem pouca reserva (1 e 3), mas apresentam uma porcentagem de mais de 60% de pastagem. Em relação as duas propriedades que apresentam uma pequena área de preservação (5 e 7), observa-se que a propriedade de Araci 15% constitui área de preservação permanente, possuído apenas 7, 26 há. Já a propriedade de Luiz Daniel não apresenta nenhuma vegetação nativa e possui o dobro da área da propriedade de Araci, na qual se torna mais grave o problema da preservação ambiental.

A partir da análise da figura 1, pode-se perceber que todas as propriedades, apresentam uma sede que é o espaço em torno da moradia; todas apresentam um tipo de cultivo agrícola, seja cultura permanente ou temporária; 6 propriedades apresentam Reserva Legal com mata nativa; 5 propriedades têm a presença de um rio, destas 5, apenas 4, possuem alguma faixa de mata na margem do rio.

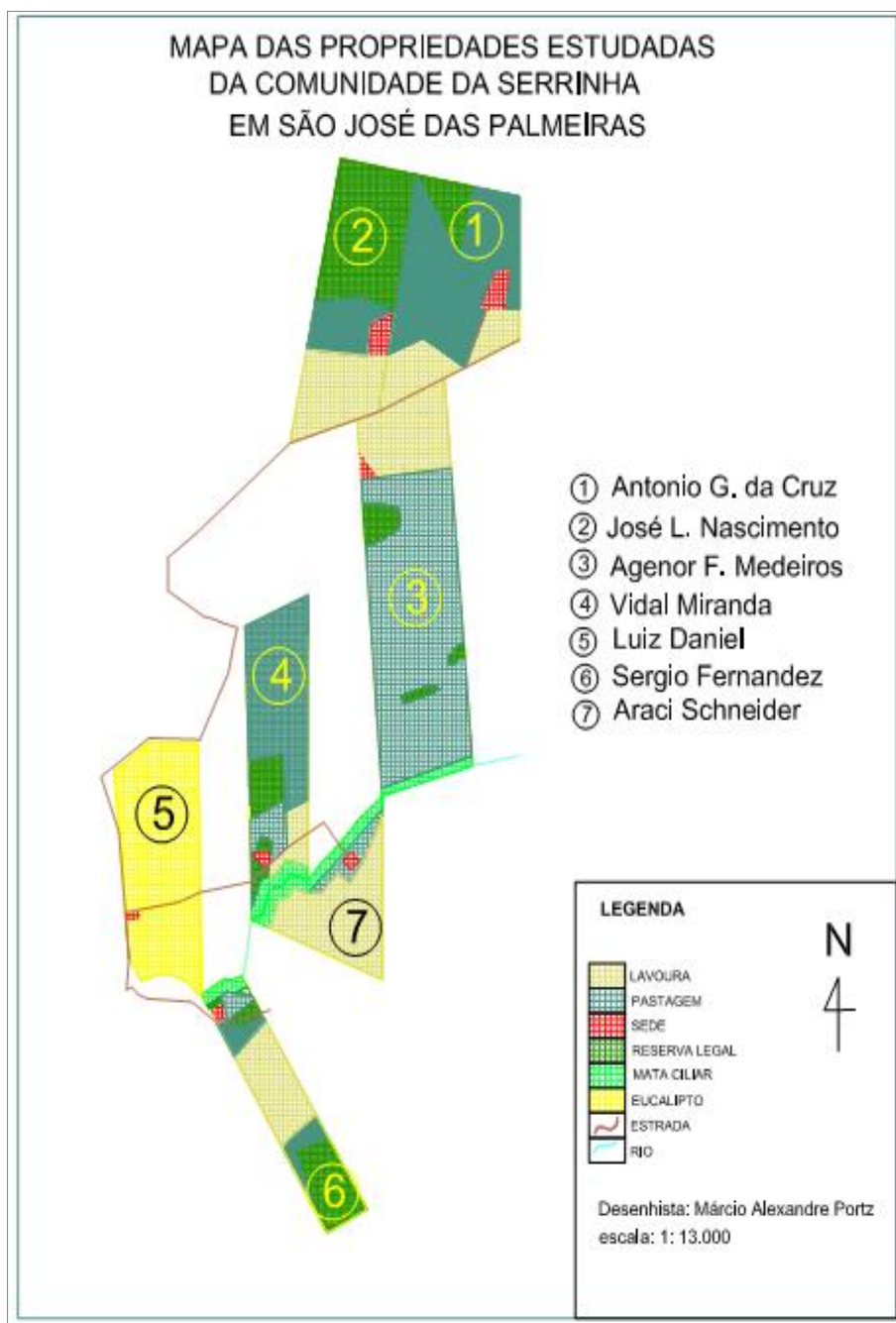


Figura 1. Distribuição espacial das propriedades estudadas da comunidade da Serrinha. Márcio Alexandre Portz, 2010.

Depois de analisar de uma forma geral as propriedades estudadas, serão avaliadas individualmente as características das mesmas através da tabela 3, com o objetivo de avançar no estudo da preservação ambiental.

Tabela 3. Resultados gerais dos questionários aplicados nas propriedades selecionadas. São José das Palmeiras/PR⁴.

| Agricultor | 1. Antonio Gonçalves da Cruz | 2. José Luiz Nascimento | 3. Agenor Francisco Medeiros | 4. Vidal Miranda | 5. Luiz Daniel | 6. Sergio Fernandez | 7. Araci Schneider |
|------------------------------|------------------------------|-------------------------|------------------------------|--------------------------------|--------------------|--|------------------------|
| Número de pessoas | 3 | 3 | 3 | 2 | 1 | 3 | 3 |
| Área da propriedade (ha) | 13,31 | 12,10 | 21,78 | 14,52 | 13,20 | 7,26 | 7,26 |
| Balanco área/pessoa | 4,43 | 4,03 | 7,26 | 7,26 | 13,2 | 2,42 | 2,42 |
| Anos que vive na propriedade | 8 meses | 36 | 30 | 4 | 3 | 35 | 37 |
| Culturas agrícolas | soja, milho, mandioca, horta | soja, milho, horta | soja, milho, horta | milho, feijão, mandioca, horta | eucalipto, horta. | feijão, milho, mandioca, batata, amendoim, horta | Mandioca, milho, horta |
| Renda | 1,5 salário mínimo | 3 salários mínimos | 4 salários mínimos | 2 salários mínimos | 2 salários mínimos | 2 salários mínimos | 3 salários mínimos |
| Possuem maquinários | Não | Não | Sim | Não | Não | Não | Não |
| Passivos ambientais | Não observado | Não observado | Não observado | Erosão laminar | Falta mata nativa | Não observado | Falta de Reserva legal |
| Bovinos | 17 | 17 | 0 | 15 | 0 | 15 | 4 |

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Trabalho familiar

No que tange ao trabalho nas propriedades, todas as unidades são essencialmente familiares. A família é o coletivo de pessoas residentes no mesmo domicílio, as quais, por sua vez, dependem da mesma unidade produtiva. Na maioria das vezes, os integrantes da família seguem o conceito biológico, baseado na relação matrimonial de duas pessoas que vivem com seus descendentes (CHAYANOV, 1975). Na verdade, 85% das unidades têm laços matrimoniais como uma das características, portanto, apenas um dos proprietários

⁴ Todos os depoentes autorizaram a publicação de seus nomes.

não é casado. Porém, o objetivo desse proprietário, em morar nessa área, está voltado para o cuidado com a cultura de eucalipto, sendo que parte da sua renda monetária anual é proveniente de outra área agrícola.

As seis propriedades com laços matrimoniais apenas se restringem às áreas onde residem seus membros. Existe uma divisão do trabalho entre os integrantes da família, conforme foi observado na pesquisa a campo: os homens fazem os serviços referentes ao plantio agrícola, as mulheres ajudam algumas vezes os homens, em serviços mais leves, no plantio, já que a responsabilidade dos serviços da moradia e da produção de leite e, principalmente, da confecção de queijos fica por conta delas.

Para Chayanov (1975), a organização econômica da família segue uma fórmula básica, baseada no equilíbrio do trabalho e do consumo. Nesse sentido, examinando as unidades familiares, que têm mais de uma pessoa (na tabela 1), percebe-se que todas possuem uma produção agrícola em sua propriedade, podendo-se observar, igualmente, um novo balanço entre números de pessoas e área da propriedade.

Na produção camponesa, o objetivo final da propriedade não é de acumulação de capital, porém de satisfação das necessidades da família, como afirma Chayanov (1975), de sorte que o balanço entre o número de pessoas de uma família e a área da propriedade terá um tamanho limite. Nessa lógica, quanto maior a área *per capita* (tabela 1), maior será a preservação ambiental dessa propriedade, respeitando-se o limite básico das necessidades familiares; num exemplo em que as necessidades de uma família camponesa, com cinco integrantes, sejam abarcadas em uma área de 24 hectares, e essa família não tenha apenas 24 hectares, mas 30, então serão seis hectares ociosos, os quais podem servir de reserva florestal.

Além da área e do trabalho, o uso das tecnologias interfere na relação do camponês com a terra, podendo ser interpretado da seguinte maneira: quanto mais tecnologia na produção agrícola, maior a produtividade da área, podendo ser menor o tamanho da área condizente às necessidades da família camponesa.

Anos que vivem na propriedade

O histórico da permanência das famílias camponesas é a base da organização interna de uma propriedade, uma vez que quanto maior costuma ser o tempo, na área, mais visíveis são suas práticas camponesas.

Assim, das sete famílias entrevistadas (Tabela 3), quatro vivem na propriedade há mais de 25 anos. Esse indicativo significa uma resistência desses camponeses em permanecer em suas áreas, continuar o processo de produção, buscando suprir as necessidades da família e, ao mesmo tempo, cuidar da área de terra, para que ela permaneça mais equilibrada em relação aos elementos naturais e, conseqüentemente, continue a ser produtiva.

As práticas ambientais serão visíveis numa organização camponesa, a cada ano que passa, já que ela, na sua lógica própria de trabalho, incorpora um conjunto de práticas agrícolas ambientalmente sustentáveis, que é vital para a sobrevivência da propriedade e da família camponesa.

Renda dos agricultores

Com respeito à renda das famílias camponesas (Tabela 3), pode-se verificar que não ultrapassa os quatro salários-mínimos, condição que se deve à pequena quantidade de pessoas na família e, em decorrência, observa-se uma pequena diversidade de atividades agrícolas, nessas áreas. Conforme Chayanov (1975) há uma estreita relação entre tamanho da família e as atividades econômicas, de sorte que o tamanho da família determina o número de atividades econômicas.

Há que ressaltar que a renda pesquisada é a renda monetária, ou seja, das atividades desenvolvidas pelas famílias quanto receberam em dinheiro, pois sabemos que na propriedade camponesa existem muitas atividades que não se transformam necessariamente em renda monetária, mas nem por isso são fundamentais para a sustentação da família, como no caso da produção para o autoconsumo.

Culturas agrícolas

As culturas agrícolas encontradas na pesquisa de campo (Tabela 3) são: soja, milho, batata, mandioca, amendoim, hortaliças e eucalipto:

Eucalipto – há apenas uma propriedade com a plantação de eucalipto, tipo de plantio que está inserido no setor econômico da silvicultura e representa, no país, uma parcela importante da economia, algo que fica em torno de 2,6 % do PIB brasileiro (VITAL, 2007).

Como as demais monoculturas (soja, trigo, milho, café, laranja etc.), o eucalipto traz com ele uma homogeneidade e, com isso, além de reduzir a biodiversidade natural do meio, intensifica a concentração de terras, diminuindo as áreas de agricultura familiar. O exemplo do entrevistado Luis Daniel identifica as condições destacadas, na comunidade da Serrinha, onde apenas uma pessoa cuida de toda a área plantada. Além disso, foi observado que a plantação de eucalipto ocupa a área de mata ciliar, o que é muito prejudicial, porque, se “as florestas forem plantadas perto das bacias hidrográficas, os eucaliptos passam a consumir mais água, crescem mais rapidamente e podem gerar impactos sobre os lençóis freáticos tanto localmente como a jusante” (VITAL, 2007).

Soja – são três entrevistados que têm como uma das principais fontes de renda de sua propriedade a produção de soja, *commodity*, que, como visto anteriormente, é uma cultura agrícola que serve principalmente para comercialização, já que sua transformação, em uma produção camponesa, não é otimizada, diferentemente da produção do milho.

Milho – apenas uma propriedade não tem a produção de milho, o restante dos entrevistados são unânimes em produzir e se dizem satisfeitos pelos resultados dessa cultura anual, nas propriedades. Isso ocorre porque o milho é utilizado tanto de autoconsumo como para a comercialização do excedente agrícola, como tem constatado Lima (2006), em uma pesquisa em assentamento com base camponesa.

A produção de milho desempenha um papel fundamental na pequena propriedade em geral, pois por pior que seja a sua produção, ainda torna-se viável, servindo assim para o trato dos animais. A respeito dessa produção foi constatado no assentamento que nos lotes que plantam áreas maiores e os que colhem uma quantidade acima de 60 sacas no total, comercializam 50% dessa produção na cidade ou com vizinhos que não atingem a produção necessária para consumo. Os outros 50% é retido para o consumo e empregada no uso doméstico, isto é, no consumo alimentar (milho cozido, frito, bolo, pamonha, etc.), na alimentação de animais (aves, suínos e gado), ou separadas para sementes a ser utilizadas no ano seguinte. O consumo médio desse produto nos lotes é de aproximadamente 60 sacas por hectare e são realizadas, geralmente, duas safras anuais desse produto. (LIMA:2006, p. 25).

Feijão – essa cultura agrícola é pouco praticada pelos entrevistados, restringindo-se a duas propriedades, onde é utilizada essencialmente para autoconsumo, já que não há excedente desse produto.

Mandioca – a cultura da mandioca está inserida em quatro propriedades pesquisadas, sendo usada para consumo próprio dessas famílias. De acordo com Martinazzo (2007, p. 5), a mandioca possui tolerância a solos pobres e adaptação às diferentes condições ecológicas. Devido ao baixo custo de produção, possibilita o cultivo por pequenos produtores, sendo considerada uma cultura ao mesmo tempo de subsistência e comercial. As raízes para consumo podem ser empregadas a partir do sexto mês de cultivo, dependendo da precocidade da variedade. Segundo Abramovay (1998), a mandioca é uma importante fonte alimentar e de renda (através do excedente da produção) para camponeses, cuja agricultura está voltada para a manutenção familiar.

Batata e amendoim – são encontrados em apenas uma propriedade e se destinam a complementar a alimentação da família produtora.

Horta – é uma prática fundamental para a resistência camponesa sendo que todos entrevistados têm uma área destinada a esta prática, podendo produzir, além de legumes e verduras, ervas medicinais e condimentos para as famílias. Na horta há uma grande variedade de produtos, com baixo custo, pois a adubação do solo pode ser feita com a ciclagem de nutrientes provenientes da propriedade, como esterco animal e restos vegetais.

Produção pecuária

O gado bovino é a única criação de animais dos entrevistados na qual pode haver uma degradação ambiental significativa, já que eles são criados no sistema extensivo. Assim, são agentes compactadores e erosivos, por causa do pisoteio que fazem, processo mais intenso conforme aumenta a densidade de animais, por área.

São cinco propriedades com criação de bovinos (Tabela 3), porém, em uma única propriedade (Sergio Fernandez), há uma relação de 15 animais para apenas 7,26 ha da área total. Porém deve-se analisar que apenas uma terça parte dessa área serve para pastoreio, sendo 1,5665 hectares (ver tabela 1 e 2), pois o restante produz milho e cana-de-açúcar para a alimentação do gado. Por isso, a preservação ambiental não deriva só das práticas ecológicas dos camponeses, mas de um modelo de reforma agrária que lhes possibilite, com áreas pequenas, ampliar sua área para conseguir suprir suas necessidades, sem danificar o meio ambiente.

Maquinários agrícolas

Foi verificado que apenas um dos entrevistados possui maquinário agrícola (trator), ao passo que o restante apenas tem ferramentas manuais de trabalho (Tabela 3). No município de São José das Palmeiras, há 62 estabelecimentos com trator, os quais somam 91 tratores. Assim, em relação aos estabelecimentos com esse tipo de maquinário, as propriedades focalizadas representam, no município, cerca de 13,5%.

Pode-se perceber, através dessa percentagem, que o grau de mecanização do município de São José das Palmeiras é baixo, sendo que, para cada trator, haverá aproximadamente cinco propriedades sem esse tipo de maquinário. Pelo contexto desse município, são possíveis duas explicações para essa questão: primeiramente, porque a maior quantidade de lotes rurais tem áreas pequenas, menores que 20 hectares (Tabela 3), e, nesse caso, não fica vantajoso para os agricultores obter um bem de tal valor; a segunda explicação é haver um grande número de áreas que não se especializaram na produção de grãos, não tendo a necessidade para a produção, do uso de trator, como a criação de suínos, bovinos e aves, em acréscimo, muitas das propriedades que não têm o maquinário pagam para terceiros, quando precisam de algum serviço.

Os maquinários quando são usados intensamente e a criação de bovinos desenvolvida em maior escala, causam passivos ambientais, sendo a compactação do solo a consequência mais grave, de maneira que, se não forem feitas práticas conservacionistas, podem reduzir a produção agrícola e aumentar os processos erosivos, por meio do escoamento superficial da chuva.

Problemas ambientais

A partir deste estudo, observamos alguns problemas que prejudicam as propriedades agrícolas. Os problemas ambientais, portanto, constituem um critério utilizado para uma forma irregular de conduzir os recursos naturais de uma propriedade, como é o caso da falta de conservação do solo, falta de mata ciliar ou reserva legal (Tabela 3). Muitos desses aspectos estão ligados às legislações ambientais. Os principais passivos são: inconsistência da reserva legal e da área de preservação permanente, erosão e diminuição da biodiversidade local.

A reserva legal tem como objetivo o uso sustentável dos recursos naturais, a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos, da biodiversidade, e o abrigo de proteção da fauna e da flora nativa (Lei n.º 4.7714/65, art. 1º, § 2º, III, com redação determinada pela Medida Provisória 2.166-67/2001).

Quanto à reserva legal, de maneira geral, podemos perceber que muitos agricultores da região são contrários, pois consideram que essas florestas esparsas não possibilitam a criação de um ambiente natural suficiente para os animais e que, para realmente atingir o objetivo que a reserva legal propõe, deveriam existir políticas públicas capazes de promover a aquisição de áreas de florestas em lugares periféricos e sem nenhum uso agrícola que possa agredi-las, de forma a não prejudicar economicamente os proprietários que sobrevivem, na maioria das vezes, em pequenas áreas de terras essencialmente agrícolas.

Outra discordância em relação à lei dos 20%, notada entre os pequenos agricultores, refere-se aos grandes proprietários não estarem fazendo a recuperação da área florestal, dos lotes agrícolas, já que há um artigo, na lei federal⁵, que prevê a possibilidade de averbação de áreas florestais em outra matrícula. Com isso, entendem os agricultores que a lei é discriminatória, já que os mesmos, em razão de não possuírem capital para comprar ou ter o direito florestal de outras áreas, devem fazer a restauração dos 20% na própria propriedade, tornando-a, às vezes, insustentável economicamente.

Quanto à falta dos 20% da reserva legal, não pode ser considerado como um crime ambiental, já que, pela legislação estadual, os agricultores teriam um prazo para implementá-la até o ano de 2018, de sorte que, no que tange à questão da área, ainda pode haver algumas mudanças, pelas evidências e muitas críticas à legislação.

As propriedades pesquisadas que possuem rio, tiveram um índice satisfatório em relação à Área de Preservação Permanente (Lei nº 4.771), que, dentre suas atribuições, determina a preservação de 30 metros às margens dos rios e 50 metros em torno das nascentes; na verdade, nem todas apresentaram a metragem estabelecida pela lei, mas mostraram indícios de um cuidado maior dos agricultores com essas áreas marginais, por elas serem fundamentais para a manutenção do rio, da diversidade de animais de espécies de plantas, aspectos importantes para os camponeses que têm uma ligação sentimental com a natureza.

Há várias funções que justificam essa preservação, de acordo com Lange apud PARIZOTTO (2004), a função das matas ciliares influencia uma série de fatores

⁵ Lei federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 - Código Florestal - com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, Artigo nº 4.

endógenos, como: escoamento das águas das chuvas, diminuição dos picos de cheias, estabilidade das margens e barrancos, possibilitando que haja infiltração das águas ao invés de escoamento superficial, de forma a contribuir, assim, no abastecimento de lençóis freáticos e a evitar a escassez de água, nas nascentes e rios, além de diminuir a ocorrência de processos erosivos.

As matas ciliares funcionam como reguladores de fluxo de água, sedimentos e nutrientes, entre o ecossistema terrestre e aquático, sendo essenciais para a proteção do solo e dos recursos hídricos, reduzindo significativamente a possibilidade de assoreamento e contaminação dos cursos de água por resíduos de adubos e defensivos agrícolas (SILVA, 2000).

De modo geral, a partir do contato regular e da conversa que mantivemos com os agricultores da região, pode-se afirmar que essa preocupação é compartilhada pelos agricultores, cuja maioria tem um consenso sobre essa questão, enfatizando que a mata ciliar é muito importante para que não se reduza ou até se acabe a água dos seus córregos e nascentes. Eles avaliam que foi equivocada a maneira como foram exploradas as propriedades agrícolas, algumas vezes retirando toda a cobertura das margens dos rios; todavia, garantem que essa preocupação não era observada por eles, naquela época, já que havia muita floresta nativa o que eles queriam é chegar o mais perto possível dos córregos, para poder fornecer água a seus animais e para eles próprios. Isso hoje é verificado claramente quando se encontram construções abandonadas e até algumas ativas, às margens dos rios.

Outra justificativa dada por eles é que a depredação da mata ciliar ocorreu pela falta de cooperação dos governos e dos bancos, com omissão em suas ações de preservação e até agindo contrariamente, na hora de fornecer créditos agrícolas, obrigando os agricultores a realizarem atos de depredação, caso contrário, não poderiam receber tais recursos. Como os próprios agricultores declaram, a proposta de desenvolvimento do governo era “plante que o governo garante” ou “plante que o João garante”.

Essa frase mostra o interesse em desenvolver a região economicamente, ocultando a importância, por parte dos governantes, no que diz respeito aos recursos naturais. A partir dos resultados obtidos com a pesquisa, percebe-se que os agricultores que viveram esse contexto, ao rever o histórico desse processo, ficam contrariados com a situação e o descaso das autoridades da época.

Esse descontentamento se justifica porque a maioria dos agricultores, quando adquiriu essas áreas, era incentivada pelo governo a retirar toda a cobertura vegetal,

tornando seu pedaço de terra todo ou a maior parte em área agricultável. Essa situação não é por demais complexa para se reverter, porque os camponeses de São José das Palmeiras, mesmo sem conhecimentos científicos, deixaram algumas áreas de mata, preocupados com os animais, as árvores, principalmente as frutíferas e os mananciais. Percebiam que locais onde não havia vegetação ciliar, ficavam “sujos” ou contribuíam para reduzir em grande parte o volume de águas, no período de estiagem. Era desses rios, com efeito, que eles retiravam a água para consumo e para os animais, em alguns períodos do ano.

Erosão – de acordo com estudos feitos, acerca desse passivo ambiental, no Brasil, as perdas anuais correspondentes aos nutrientes e à matéria orgânica, em valores monetários, são da ordem de R\$ 7,9 bilhões por ano. Considerando seus efeitos na depreciação da terra, no custo do tratamento de água para consumo humano, no custo de manutenção de estradas e de reposição de reservatórios, decorrente da perda anual da capacidade de armazenamento hídrico, a erosão causaria prejuízo de R\$ 13,3 bilhões por ano (GEO-Brasil, 2002 citado por SOUZA, 2004).

O uso do solo para a agricultura é um potencial degradador; os fatores que podem causar a degradação são: a água, o ar, os organismos e a topografia, além dos associados com a ação antrópica: a compactação, o preparo do solo inadequado, o monocultivo, a irrigação inadequada, o superpastejo e a cobertura de solo insuficiente (KOBİYAMA et al., 2001).

No município de São José das Palmeiras, a degradação dos solos é proveniente da acentuada declividade do relevo e do monocultivo das culturas da soja e milho. Somente na propriedade do morador Vidal Miranda, entre os entrevistados, foi constatado maior problema de erosão, agravado ainda mais pela compactação do solo e falta de matéria orgânica para proteção (Figura 2).

De acordo com Kobiyama et al. (2001), a falta ou a cobertura inadequada do solo, provocada pelo monocultivo intensivo, gera perda gradativa da matéria orgânica. A matéria orgânica é de fundamental relevância para o solo, porque aumenta a infiltração, reduzindo a ocorrência de erosões e fazendo crescer a resistência e fertilidade do ambiente.

De fato, a maior parte da renda do município de São José das Palmeiras é proveniente do monocultivo (soja, milho). Para Kobiyama et al. (2001), esse sistema de produção, a cada ano, exige uma maior quantidade de insumos para a manutenção da produtividade, elevando o custo de produção e comprometendo o ambiente, pela contaminação de agrotóxicos, adubos químicos e sedimentos.

Essa questão é alarmante, se pensarmos que a maior parte das áreas do município de São José das Palmeiras, sobretudo aquelas com mais de 20 ha, utilizam-se desse sistema de plantio, chamado de convencional, intensificado na produção de monoculturas. Contudo, nas propriedades avaliadas, observam-se que as propriedades 2, 3 e 5 (Tabela 1); sobressaem na monocultura: mesmo tendo a presença maior da monocultura, ainda conseguem fazer o uso do solo de forma mais equilibrada (ver tabelas 2 e 3).



Figura 2. Imagem demonstrando a compactação e a erosão laminar do solo na propriedade de Vidal Miranda na comunidade Serrinha no município de São José das Palmeiras.

Foto: Márcio Alexandre Portz, 2009.

Esboçando algumas análises em relação à forma de organização da unidade familiar dos camponeses de São José das Palmeiras, é possível constatar uma diferenciação quanto ao modo de vida camponês, destacando-se seus aspectos produtivos e a relação com a propriedade.

A lógica camponesa perpassa por algumas afirmações, tanto ao objetivo final da produção e comercialização quanto à ligação da família com a mão-de-obra e suas necessidades básicas. Também é importante notar que todas as variáveis da vida do camponês estão ligadas ao consumo finito dos recursos naturais.

Este é um dos objetivos centrais deste trabalho: entender como o uso finito dos recursos naturais, ligado a não ampliação do capital e do lucro, possa mostrar e compreender a realidade do modo de vida camponês, posto que este contribui para a preservação ambiental.

Considerações finais

A partir deste trabalho foi possível verificar que os camponeses de São José das Palmeiras, integrantes de um processo histórico de intensificação da modernização agrícola, têm uma relação diferenciada com a terra, fazendo dela uma forma de suprir as necessidades familiares, modelo este permeado de elementos que preservam o meio ambiente.

O modo de vida camponês se caracteriza pela limitação das necessidades familiares, pressupondo limites materiais destes sujeitos relacionados às necessidades vitais, como alimentação e vestuário. Estes aspectos, da vida do camponês, portanto são diferentes que aqueles comumente observados na sociedade capitalista, na organização, nas identidades e na relação com a natureza, que preserva os recursos naturais. Isso sem impor modelos organizacionais ecologicamente corretos que não respeitam a individualidade das tradições e costumes dos camponeses.

Ao problematizar o “ser” camponês ou “não ser”, foram consideradas nesta pesquisa algumas variáveis como a produção familiar, a produção de autoconsumo, as pequenas propriedades agrícolas e a preservação ambiental.

Neste contexto entre todas as propriedades avaliadas, apenas uma com produção voltada à acumulação de capital foi encontrada, diferenciando-se do modelo camponês. Estas diferenças são percebidas quando é observada a inexistência de uma dependência de produção de alimento para consumo direto e a posse de outras áreas de cultivo com predomínio de monocultura.

Ao contrário, as propriedades camponesas apresentaram todas as variáveis estudadas. Para a produção de autoconsumo, observa-se que todas as propriedades camponesas apresentam certa dependência em relação à produção de alimentos voltada para subsistência da família, importante para a organização interna da propriedade. Além da produção de autoconsumo são importantes para suprir as necessidades externas da propriedade (saúde, produtos industrializados, etc), algumas produções para o mercado (soja, milho, mandioca, trigo, etc.) ou relações *marginais* (aposentadoria).

Em relação ao tamanho, todas as propriedades avaliadas, estão entre sete e 22 hectares. O tamanho das propriedades está ligado diretamente com o processo histórico de colonização, políticas agrárias do Estado e o baixo poder de aquisição dos agricultores.

Com o auxílio das entrevistas e análises empíricas (distribuição de culturas agrícolas, manejo do solo, épocas de plantio, reciclagem de nutrientes), observou-se nas

propriedades camponesas formas alternativas de produção e uma maior preocupação com o meio ambiente.

Neste trabalho é verificado que a manutenção do modo de vida camponês, para situação regional do Oeste do Paraná, exerce uma função importante na preservação do meio ambiente, da produção familiar, da produção de alimentos favorecendo a distribuição de renda no campo e na cidade. Para os camponeses de São José das Palmeiras, o modo de vida camponês sustenta os recursos naturais e permite uma resistência dos mesmos em se manterem nas propriedades agrícolas.

É fundamental para tornar estas práticas ecológicas dos camponeses uma saída para a degradação feita pelo sistema capitalista, a intensificação de estudos voltados ao modo de vida do camponês e as políticas de assistência aos mesmos.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, Brasil. 1998.

BIHR, A. **Da grande noite a alternativa**. 1.ed. São Paulo, Ed boitempo, 1998.

BRANDALISE, L. T. **A aplicação GAIA (gerenciamento de aspectos e impactos ambientais) em um laboratório de análises clínicas**. 1.ed. Cascavel: Edunioeste, 2003.

CHAYANOV, A. V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión.1975.

FLEISCHFRESSER, V. **Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70**. Curitiba: Livraria Chain: CONCITEC: IPARDES, 1988.

GREGORY, V. **Os Eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940 – 70)**, Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

GOMES, H. A questão ambiental: Idealismo e Realismo ecológico. In: **Geografia e a Questão Ambiental**, Terra Livre, ed. 3, 1988.

GUIMARÃES, L. B. **O Apelo à Consciência nos Movimentos Ecológicos e Nos Movimentos por Educação Ambiental**. Anais da 24ª. Reunião Anual da ANPED, 2001. Disponível on-line <www.anped.org.br> Acesso em: 10 de Julho de 2006. www.anped.org.br/reunioes/24/T0331559861024.doc

KOBIYAMA, M. MINELLA, J. P. FABRIS, R. **Áreas degradadas e sua recuperação**. Informe agropecuário, belo horizonte, v.22, n.210, p.10-17, maio/junho, 2001.

- MENDONÇA, F. **Geografia e Meio Ambiente**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1998.
- MONTIBELLER, F.G. **O Mito do Desenvolvimento Sustentável**. Florianópolis: EDUFSC, 2004.
- PARIZOTTO, A. A. Mata Ciliar e Reserva Legal. In: **Revista Copagril**, Marechal Cândido Rondon – PR, V.16, n.2, p.02-27, mai. 2006.
- PIETROWSKI, V. VANDERLINDE, T. O Espaço socioeconômico da agricultura familiar: impactos e inclusão tecnológica no Oeste do Paraná In: **Migrações e Construções do Oeste do Paraná século XXI em perspectiva**. Org. VANDERLINDE, T. GREGORY, V. DEITOS, N. J. – Cascavel: Coluna do Saber, 2007.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (dês)caminhos do Meio Ambiente**. 5.ed. São Paulo: Contexto, 1996.
- QUAINI, M. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- SCHREINER, D. F. **Entre a exclusão e a Utopia. Um estudo sobre os processos de Organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (região Oeste/Sudoeste do Paraná)**. SP: USP, 2002 (tese de doutorado).
- SHIVA, V. **Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento**. Trad. Laura Cardellini Barbosa de Oliveira. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- SOARES DA SILVA, N. L. et al. Diagnostico da Situação atual da Mata Ciliar na Micro-bacia do arroio Guavirá no Município de Marechal Cândido Rondon (PR) In: Simpósio Paranaense de Mata Ciliar, 1. 20 a 24 nov. 2000, Maringá. **Anais...** Maringá: UEM/IAP, 2000.
- SOUZA, J. L. **Agricultura Orgânica – Produção, Pós-Colheita e Mercado**. 11ª Semana Internacional da Fruticultura, Floricultura e Agroindústria 13 a 16 de setembro de 2004 – Fortaleza – Ceará – Brasil.
- VITAL, M. H. F. Impacto Ambiental de Florestas de Eucalipto. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, V. 14, N. 28, P. 235-276, dez. 2007. Disponível on-line <www.bndes.gov.br/SiteBNDES> acesso em 22 de novembro de 2009.
- VON DER WEID, J. M. Um novo lugar para a agricultura. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.
- WALDMAN, M. **Ecologia e movimentos sociais: breve fundamentação**. Disponível on-line <www.mw.pro.br> acesso em 25 de julho de 2006.